

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: IMPLICAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Maria Rosania Stofel - UFES¹

Ines de Oliveira Ramos - UFES²

Eixo Temático 1: Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social

Resumo:

O presente artigo discorre sobre a pesquisa de dissertação intitulada “Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de Políticas Públicas para os estudantes com deficiência da rede municipal de Conceição do Castelo/ES”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão Escolar. Teve por objetivo compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas políticas de educação especial implementadas pela rede municipal de educação desse município. Apoiar-se nas legislações de educação especial vigentes, tendo por recorte o período 2008-2021. Aproximou-se dos conceitos de Linha Abissal, Monoculturas, Ecologias e Sociologia das Ausências e Emergências de Boaventura Sousa Santos (2002, 2007, 2019, 2021) para analisar as políticas implementadas pelo município. A metodologia utilizada foi o estudo de caso em uma abordagem qualitativa, em que a Secretaria Municipal de Educação, as escolas e as famílias foram essenciais na busca pelos dados. Os atores do processo foram: secretários de educação que atuaram a partir de 2008; pedagogos; professores de educação especial que trabalharam no AEE; professores das salas de aula comuns que tiveram alunos com deficiências; alunos com deficiências cujo grau de comprometimento não impedisse a participação; por fim, famílias de alunos público-alvo da educação especial. Como resultado da pesquisa destaca-se que o município, apesar de cumprir o que determinam as legislações vigentes, necessita tornar mais efetivas as políticas implementadas. Além disso, precisa avançar em relação a ações que atendam às peculiaridades dos estudantes conceiçãoenses.

Palavras-chave: educação especial; políticas públicas; Política Nacional de Educação Especial de 2008.

1 Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação, CE/UFES. E-mail: rosaniastofel@gmail.com.

2 Professora da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: inesram.ufes@gmail.com.

Introdução

Envolvida diretamente no processo de inclusão escolar do município de Conceição do Castelo/ES, por trabalhar na rede municipal de ensino desde 2005 como pedagoga e desde 2011 como coordenadora da educação especial, nasceu o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre as políticas públicas de educação especial. Então, decidi participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo em 2019.

Iniciei o mestrado em 2020 na linha de pesquisa: Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão Escolar e realizei minha pesquisa sobre as políticas públicas de educação especial implementadas no município de Conceição do Castelo/ES. O estudo intitulado “Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de políticas públicas para os estudantes com deficiência da rede municipal de Conceição do Castelo/ES” trouxe como ponto de partida a indagação: quais são as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas políticas de educação especial implementadas pela rede municipal de educação de Conceição do Castelo/ES, no período de 2008-2021?

O objetivo geral da pesquisa foi compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas políticas de educação especial implementadas pela rede municipal de educação de Conceição do Castelo/ES.

Para atingir o objetivo geral foram traçados os objetivos específicos a seguir:

- a) analisar os pressupostos teóricos e normativos trazidos pela PNEE/2008 para fazê-los dialogar com as políticas de educação especial de Conceição do Castelo/ES;
- b) mapear as políticas de educação especial que foram produzidas pela rede municipal de Conceição do Castelo, no período de 2008 a 2021, para relacioná-las com a PNEE/2008;
- c) analisar como a PNEE/2008 impulsionou a implementação de políticas pela Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Castelo, visando abordar a educação especial em uma perspectiva inclusiva;

- d) identificar os impactos das políticas implementadas pelo município na vida escolar, familiar e social dos estudantes público-alvo da educação especial;
- e) realizar, como produto educacional, a partir dos estudos empreendidos, um seminário de apresentação dos percursos e resultados da pesquisa.

A pesquisa de dissertação citada possibilitou analisar as contribuições da Política Nacional de Educação Especial de 2008 nas políticas de educação especial implementadas pelo município analisado, assim como os impactos dessas ações na vida dos estudantes com deficiências e de suas famílias.

Essa análise fez-se necessária, principalmente, por envolver um público historicamente discriminado pela cultura hegemônica. Por isso, mesmo que muitas ações estejam sendo concretizadas em prol da inclusão escolar, elas ainda permanecem marcadas pelos resquícios eurocêntricos existentes na nossa sociedade.

Revisão de literatura

Em busca de informações mais abrangentes sobre o assunto abordado, pesquisamos dissertações, teses e artigos de outros autores que estudaram o mesmo tema ou outros temas que se aproximam deste estudo.

A análise foi realizada por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Inicialmente as palavras utilizadas para a busca foram: municípios e Política Nacional de Educação Especial de 2008; após foram usadas as expressões: implicações e Política Nacional de Educação Especial de 2008, porém os trabalhos apresentados como resultado foram os mesmos.

Poucos estudos atendiam exatamente ao que propunha a pesquisa, mas oito dissertações, uma tese e um artigo foram selecionados. Esses trabalhos tinham potencial para enriquecer a compreensão sobre as implicações da PNEE/2008 nas políticas públicas de educação especial dos municípios brasileiros.

Os autores analisados foram: Almeida (2010), Fagliari (2012), Salles (2013), Vernick

(2013), Alves (2014), Garcia (2015), Rocha (2016), Lourenço (2019), Almeida *et al* (2019) e Parada (2021).

Os estudos apresentados por esses autores dialogam com a pesquisa que aqui se apresenta à medida que revelam as dificuldades encontradas pelos municípios de todo o território nacional para concretizarem políticas públicas de educação especial que atendam à PNEE/2008.

O artigo “Repercussão da Política Nacional de Educação Especial no Espírito Santo nos últimos dez anos”, de autoria de Almeida *et al* (2019), foi particularmente importante para este trabalho, pois historiciza a educação especial entrecruzando as legislações com relatos de gestores públicos de educação especial do Espírito Santo. Por ser este o nosso estado, o artigo revela situações de nosso lócus de pesquisa, o que foi enriquecedor para a análise.

As pesquisas mostraram que as políticas locais, em muitos municípios, são enfraquecidas pela ausência de apoio e pela existência de políticas estaduais “que fortalecem entidades e propiciam a existência de uma educação especial paralela à da escola regular” (STOFEL, M. R., 2022, p. 36).

Conhecer outros estudos foi primordial para compreender a situação brasileira em relação à implementação de políticas públicas de educação especial a partir da PNEE de 2008. Desse modo foi possível perceber que os problemas enfrentados pelos municípios de outros estados também estão presentes em Conceição do Castelo/ES.

A pesquisa abordou ainda a tentativa do próprio governo federal de publicar, no ano de 2020, uma nova Política Nacional de Educação Especial, constituída de uma proposta totalmente retrógrada. Esse documento atravancaria todas as ações já implantadas pelos municípios e, ainda, dificultaria os avanços já alcançados.

Além de todas as dificuldades elencadas, o atual Governo Federal apresenta uma nova proposta de Política Nacional de Educação Especial, que se traduz em um explícito retrocesso das conquistas efetivadas até o momento. Dessa forma, os entraves para implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar se tornam ainda maiores, pois muitos obstáculos já superados em alguns municípios retornaram às discussões novamente, por exemplo, a oferta da educação especial nas instituições privadas sem fins lucrativos (STOFEL, M. R., 2022, p. 37).

Suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 1º de dezembro de 2020, a

proposta da nova Política de Educação Especial permanece fora de pauta. É preciso, no entanto, estarmos atentos para que essas tentativas de retrocesso não voltem a ser discutidas, mas sim que sejam propostas políticas que impulsionem cada vez mais o processo de inclusão social e escolar do estudante com deficiência.

Referencial teórico-metodológico

A pesquisa foi fundamentada nos conceitos do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o qual, apesar de não estudar especificamente a educação especial, permitiu-nos aproximações teóricas que enriqueceram nosso trabalho.

Segundo Stofel, M. R. (2022, p. 50),

Santos (2007) contribuiu significativamente para as reflexões acerca da política pública de educação especial no município de Conceição do Castelo/ES, por meio dos conceitos de Linha Abissal, Monoculturas, Ecologias e Sociologia das Ausências e Emergências. Com tais conceitos, o autor evidencia as desigualdades desencadeadas historicamente pela valorização da cultura hegemônica e discute a necessidade de se construir uma sociedade mais justa e menos hegemônica.

O conceito de pensamento abissal, segundo Santos (2007), constitui-se de linhas radicais que separam a sociedade em duas realidades: uma visível e outra invisível. No lado visível encontra-se a parte da sociedade que atende aos critérios da cultura eurocêntrica; já o lado invisível é composto pelos grupos minoritários, historicamente discriminados por essa cultura.

Para enfatizar a impossibilidade da existência da co-presença dos dois lados da linha abissal, Stofel, M. R. (2022) cita Santos (2007):

Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica (SANTOS, 2007, p. 4 apud STOFEL, M. R., 2022, p. 51).

O público-alvo da educação especial foi discriminado e oculto da sociedade durante muitos anos. Mesmo após muitas lutas, os direitos conquistados por esse grupo, na prática, não foram completamente adquiridos, por isso podemos incluir o público-alvo da educação especial no lado invisível da linha abissal.

A partir da Política Nacional de Educação Especial de 2008 os estudantes com deficiência foram incluídos nas classes comuns das escolas regulares, mas encontraram muitas resistências e tentativas de invisibilização.

Para Santos (2007), o que une as diferentes lógicas de não existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional. Cinco são as lógicas ou modos de produção dessa não existência: a) **monocultura do saber e do rigor do saber**: essas duas culturas são cúmplices, tudo que não é legitimado ou reconhecido por elas é tido como inexistente; b) **monocultura do tempo linear**: é a ideia de que o tempo é linear e conhecido; c) **monocultura da naturalização das diferenças**: tornando natural a divisão da população em categorias; d) **monocultura da escala dominante**: somente é reconhecido o que é universal e global; e) **monocultura da produtividade**: são valorizados os que trazem resultados, produzem (STOFEL, M. R., 2022, p. 52).

A não existência dos grupos invisibilizados pela sociedade justifica-se por meio das Monoculturas. O público-alvo da educação especial, na visão eurocêntrica, não atende a nenhuma delas, portanto,

[...] não são legitimados pela ciência moderna e pela alta cultura, fazendo parte de um público tido como incapaz. Além disso, o tempo para aprender não é linear e conhecido, mas construído pelos indivíduos em sua especificidade, porém a não aceitação desse processo torna os alunos público-alvo da educação especial desvalorizados e invisíveis (STOFEL, M. R., 2022, p.52).

A não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável (SANTOS, 2007). Portanto, continuar permitindo que os estudantes público-alvo da educação especial façam parte do lado invisível da linha abissal e permaneçam segregados em instituições filantrópicas ainda parece algo natural para muitas pessoas. “O aluno com deficiência é tido como parte de um grupo inferiorizado e que não mostra resultados. É compreendido como improdutivo, por isso seus direitos são negligenciados pela sociedade hegemônica” (STOFEL, 2022, p. 52).

Para confrontar o pensamento abissal e as Monoculturas, Santos (2007) nos propõe admitir que existem conhecimentos dos dois lados da linha, não somente os conhecimentos científicos, e que todos são significativos e verdadeiros.

a) **Ecologia de Saberes**: é o reconhecimento da existência de pluralidades de conhecimentos, sendo um deles a ciência moderna; b) **Ecologia das Temporalidades**: o reconhecimento de que outros tempos existem; c) **Ecologia do Reconhecimento**: eliminação das hierarquias e valorização das diferenças; d) **Ecologia da Transescala**: articulação entre os conhecimentos; e) **Ecologia da Produtividade**: recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção (STOFEL, M. R., 2022, p. 52).

Essa contraposição das Monoculturas por meio das Ecologias é necessária para desconstruir padrões de inferioridade historicamente construídos e mantidos na atualidade pelo pensamento hegemônico. As políticas públicas precisam ser efetivadas para fortalecer essa ruptura com os resquícios eurocêntricos e estabelecer novos padrões que visibilizem a educação especial como modalidade de ensino e, conseqüentemente, as pessoas com deficiência na sociedade.

Podemos dizer, então, que as políticas públicas adotadas a partir da Política Nacional de Educação Especial em todo o país são Ecologias que buscam retirar das margens da sociedade os estudantes público-alvo da educação especial por meio de ações que valorizem os estudantes com deficiência e promovam a igualdade de direitos. Dessa forma, podemos dizer que algumas ações já estão iniciando esse processo, como o AEE, a existência de cuidadores/auxiliares de sala, a garantia dos profissionais de Libras para os alunos com surdez, do ensino do Braille para os alunos cegos, os recursos tecnológicos, os materiais de comunicação aumentativa e alternativa, o transporte acessível, entre outros. Porém, ainda são ações tímidas, que precisam ser fortalecidas e ampliadas para que o processo de inclusão realmente seja efetivado e para que a aquisição de conhecimentos por parte de um grupo que não integra a cultura hegemônica possa acontecer (STOFEL, M. R., 2022, p. 53).

A PNEE2008 e as políticas públicas implementadas pelo município de Conceição do Castelo/ES estão possibilitando aos estudantes com deficiência experienciar “[...] a linha abissal ao cruzarem os dois mundos na sua vida cotidiana” (SANTOS, 2019, p. 45). Ao serem matriculados nas escolas regulares, estão adentrando em um “mundo” que lhes era negado pela cultura hegemônica, porém ainda não estão incluídos efetivamente, sendo necessárias muitas ações e ajustes de políticas públicas para esses estudantes de fato terem direito a uma educação de qualidade.

De acordo com Santos (2019, p. 46),

Enquanto as três formas de dominação moderna (capitalismo, colonialismo e patriarcado) vigorarem e funcionarem *in tandem*, grandes grupos sociais viverão, de forma sistemática, embora de modos diversos, conforme as diferentes sociedades e contextos, esse fatal atravessar da linha abissal.

Portanto, os estudantes com deficiência, assim como outros grupos sociais minoritários, estão conseguindo atravessar a linha por meio do direito de matrícula no ensino regular, mas continuam dependentes do fortalecimento de políticas públicas que possam combater as fragilidades de um sistema educacional em que os preconceitos ainda se fazem presentes, “[...] levando à lentidão da garantia de uma educação de qualidade” (STOFEL, M. R., 2022, p. 54).

A pesquisa aqui referida foi realizada por meio do estudo de caso numa abordagem qualitativa, sendo possível analisar as implicações da Política Nacional de Educação Especial/2008 nas políticas de educação especial implementadas pelo município de Conceição do Castelo/ES numa “interação cotidiana entre sujeitos” (ANDRÉ, 2013):

[...] Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações (ANDRÉ, 2013, p. 3).

A Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES foi nosso contexto natural, porém nos aproximamos também das escolas, a fim de ouvir os profissionais da educação, os estudantes com deficiências e suas famílias.

Para isso, seguimos os passos: a) solicitação de autorização à Secretaria Municipal de Educação; b) apresentação do projeto de pesquisa para o secretário de educação e a equipe técnica da secretaria; c) contextualização histórica da educação especial no município; d) identificação de todas as ações efetivadas por meio de políticas públicas de educação especial a partir de 2008 no município; e) análise das políticas de educação especial implementadas pelo município, relacionando-as à PNEE/2008; f) realização de entrevistas com os atores da pesquisa para identificar os impactos das políticas públicas de educação especial na vida escolar, familiar e social dos estudantes público-alvo da educação especial.

Os atores do processo foram: secretários de educação que atuaram a partir de 2008; pedagogos; professores de educação especial que atuaram no AEE; professores das salas de aula comuns que tiveram alunos com deficiências; alunos com deficiências cujo grau de comprometimento não impedisse a participação; famílias de alunos público-alvo da educação especial.

Resultados/discussão

A PNEE/2008 foi o marco inicial para implementação de políticas públicas voltadas à educação especial em todo o território brasileiro. Alguns municípios impulsionaram

esse processo com mais força, enquanto outros o desenvolveram de forma mais morosa. Nesse contexto, porém, movimentos foram surgindo e os direitos dos estudantes com deficiências, garantidos desde a CF/88, começaram a ser concretizados.

No município de Conceição do Castelo/ES, a política nacional foi fundamental para incitar ações em prol do processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência.

As ações efetivadas durante os primeiros anos da inclusão escolar foram cercadas pela resistência provocada pelos vestígios do pensamento hegemônico, segundo o qual acreditava-se que os estudantes com deficiência “são ineducáveis e sem condições de serem envolvidos nos currículos escolares” (Ramos e Vieira, 2018, p. 3). De acordo com Santos (2007), a razão indolente faz com que outras formas de conhecimentos, não reconhecidas pela cultura eurocêntrica, sejam invisibilizadas pela sociedade, fazendo com que o professor tenha o sentimento de não saber ensinar ao estudante com deficiência, nem mesmo legitimar o que foi produzido por ele (Ramos e Vieira (2018, p. 3).

Após alguns anos da publicação da PNEE/2008, constata-se que barreiras foram se desconstruindo e políticas públicas se efetivaram no município pesquisado em prol da inclusão dos estudantes com deficiência nas salas comuns das escolas regulares.

De acordo com os profissionais da educação, famílias de alunos com deficiência e os próprios alunos com deficiência, atores de nossa pesquisa, o município de Conceição do Castelo/ES, assim como muitas outras localidades brasileiras, enfrentou e enfrenta dificuldades, mas obteve grandes avanços desde a publicação da política nacional de educação especial.

Os profissionais da educação destacaram, durante as entrevistas, algumas ações concretizadas até o momento, como a implantação das salas de recursos para oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE); a existência do auxiliar de sala e/ou estagiários para apoio nas atividades da vida diária (AVDs) e nas atividades pedagógicas; transporte escolar adaptado; formação continuada, entre outras.

Uma profissional ponderou sobre a busca por conhecimentos para superar estigmas e provar que as Ecologias podem - e devem - sobrepor as Monoculturas para visibilizar

os grupos inferiorizados pela sociedade (SANTOS, 2007); no presente caso, os estudantes com deficiência. A resposta da profissional é mencionada por Stofel, M. R. (2022, p. 108): “[...] os alunos especiais nos enchiam de amor puro ao passo que nos levavam a estudar, aprender e buscar sempre mais para melhor atendê-los em suas especialidades e necessidades”.

Os profissionais mostraram que as conquistas foram alcançadas a partir das políticas públicas e, também, dos esforços de cada um para superar os empecilhos e os pensamentos herdados da cultura eurocêntrica. Desse modo tornou-se possível viabilizar a existência de escolas inclusivas no município. Destacaram, também, que esse processo não pode retroceder, que as políticas públicas precisam se fortalecer e avançar para além da política nacional. Essa necessidade é evidenciada em uma das respostas dos profissionais:

Contudo, esse caminho é contínuo. A singularidade de cada caso e as peculiaridades existentes, sobretudo quando se trata da contratação de profissionais, exigem que a atenção para a educação especial seja constante, ininterrupta. Caso contrário, anos de trabalho e dedicação podem se perder em questão de semanas, cuja recuperação, caso isso ocorra, demandaria excessivo dispêndio de tempo e de recursos financeiros e humanos. Logo, é necessário um olhar atento tanto do gestor quanto de todos os atores envolvidos no processo [...] (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 1, 2022, p.3 apud STOFEL, M. R., 2022, p. 117).

A resposta frisa, ainda, que perder aquilo que já foi conquistado acarretará dispêndio de tempo e dinheiro público. Essa preocupação é legítima, uma vez que percebe-se com frequência a descontinuidade de ações no setor público, acarretada por motivos diversos.

Foi destacada, ainda, a importância de se criar a equipe multidisciplinar na Secretaria Municipal de Educação para auxiliar no trabalho pedagógico das escolas e a importância de maior compreensão sobre a educação especial por parte dos profissionais, para que haja mais sintonia entre as coordenações das diferentes etapas da educação. Afinal, os estudantes com deficiência fazem parte da modalidade da educação especial, mas também, das etapas da educação infantil e do ensino fundamental.

Em relação às famílias, algumas citaram a insegurança apresentada no início do processo de inclusão, pois, durante anos, seus filhos ficaram nas instituições filantrópicas. Ali tinham por colegas apenas outras crianças também com deficiência

e eram cercados por profissionais tidos pela sociedade até aquele momento como os únicos capazes de cuidar, tratar e ensinar às pessoas com deficiência.

Algumas famílias relataram, contudo, que a insegurança foi se desfazendo à medida que perceberam a recepção que seus filhos tiveram na escola regular. Destacaram também as ações desenvolvidas pelo município em prol da inclusão, demonstrando satisfação: “[...] a equipe escolar se mostra sempre disposta a nos ajudar em relação ao processo escolar, seja ele a fase de adaptação ou alfabetização. Em todos os processos recebemos um bom apoio da escola” (FAMÍLIA 3, 2022, p. 3 apud STOFEL, M. R., 2022, p. 121).

É preciso, porém, destacar que estiveram do lado invisível da linha abissal (SANTOS, 2007) durante muitos anos e que, em grande parte, ainda desconheciam os direitos adquiridos pelos estudantes com deficiência. Dessa forma, é preciso compreender que as respostas positivas revelam a satisfação das famílias diante das ações realizadas, mas não podem servir como pretexto para o município deixar de avançar nessa área. Antes, pelo contrário, essas respostas devem alavancar ações para além da PNEE/2008, as quais atendam às necessidades específicas dos estudantes conceiçoenses.

Ao ouvir diretamente os estudantes com deficiência, cujo grau não impediu a participação, ficou nítida a importância da inclusão escolar na vida de cada um. Demonstraram, com suas respostas, que gostam de estar na escola com os colegas, de participar das atividades realizadas na escola e fora dela.

Disseram, ainda, que participam de festas, frequentam igrejas, passeiam, visitam familiares... Enfim, não estão mais enclausurados em casa, corroborando com a invisibilidade que a sociedade lhes impunha. Tornaram-se ativos e participativos. Acredita-se que o processo de inclusão escolar tenha contribuído fortemente para essa mudança.

Mas os estudantes indicaram ainda questões que apontam a necessidade de melhoria do processo de inclusão, como articular estratégias que ampliem o acesso das famílias ao ensino da Libras, uma vez que a utilização dessa língua de sinais somente no ambiente escolar pode causar atrasos na compreensão dos conteúdos. Além disso, os estudantes apontaram a deficiência de recursos tecnológicos

(computadores) e a ausência de parquinhos adaptados.

Percebe-se, por meio das entrevistas, que profissionais, famílias e estudantes com deficiência concordam que o município avançou de forma bastante positiva rumo à inclusão de estudantes com deficiência nas salas comuns das escolas regulares; todavia, é fundamental que as políticas públicas de educação especial sejam aprimoradas e efetivadas de fato. É necessário ainda que novas ações sejam implementadas, para além do que é previsto na PNEE/2008.

Considerações finais

O processo de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial nas salas comuns das escolas regulares do Brasil está ocorrendo com uma morosidade muito grande. Notam-se muitos avanços, mas também, muitas ações por parte de alguns estados e municípios que impedem o fortalecimento desse processo.

Tal constatação é preocupante pelo fato de se tratar de estudantes que possuem seus direitos garantidos nas legislações vigentes, porém são prejudicados por políticas públicas ineficazes e sem comprometimento por parte dos gestores. Com isso, o público-alvo da educação especial, apesar de estar matriculado na escola regular, recebe uma educação sem a qualidade a que tem direito, acumulando dificuldades de aprendizagens que poderão impedi-lo de cursar o ensino superior e ter uma profissão no futuro.

Ao analisar as implicações da PNEE/2008 nas políticas públicas de educação especial no município de Conceição do Castelo/ES, percebe-se que as ações relacionadas à inclusão escolar se iniciaram a partir de sua publicação. Os movimentos começaram pela implantação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Elisa Paiva e, a partir daí, outras ações foram se somando para promover a inclusão escolar dos estudantes com deficiência.

Porém, a pesquisa apontou a necessidade imediata de implantar uma equipe multidisciplinar para atender com mais eficiência às especificidades dos estudantes com deficiência; contratar auxiliares de sala para atender nas atividades da vida diária (AVDs); promover maior sintonia entre a equipe pedagógica; tornar as ações

já implementadas mais eficazes e efetivas; regulamentar as ações implantadas por meio de legislação municipal e avançar com novas políticas públicas.

Dessa forma, Conceição do Castelo/ES conseguirá progredir nessa importante missão de ofertar educação de qualidade e com equidade a todos os estudantes, independentemente das condições e das especificidades apresentadas.

Referências

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso em educação? **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

RAMOS, Ines de Oliveira; VIEIRA, Alexandro Braga. Diálogos de Sousa Santos, educação especial e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, jan./mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

STOFEL, Maria Rosania. **Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de Políticas Públicas para os estudantes com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES**. Monografia (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 157 páginas. 2022.